

6

Considerações Finais

Mais do que escolher um tema, realizar uma pesquisa, defender uma dissertação e assim almejar um tão sonhado título de mestra, esse trabalho significa um trilhar de caminhos em busca de mudanças sociais. Trata-se de uma contribuição para um mundo melhor. Um sonho? Uma utopia? Não sei! Sei apenas que acredito que tudo pode mudar, é preciso continuar a trilhar os caminhos propostos nas lutas.

O objetivo deste trabalho foi analisar práticas pedagógicas/educativas escolares antirracistas, a partir dos objetivos propostos pela Lei 10.639/03. Tal legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases tornando obrigatória a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos escolares, públicos e privados.

Este objetivo é o principal e se justifica mediante a importância dada à escola enquanto uma instituição que tanto pode reforçar estereótipos racistas como pode colaborar para a desconstrução dos mesmos. Historicamente a escola tem exercido, infelizmente, o primeiro papel. Com isso, inúmeras pesquisas e dados nos mostram que a população negra tem sofrido com diversos mecanismos capazes de eliminar, furtar seus direitos enquanto seres humanos. Na escola, as crianças negras são as maiores vítimas da exclusão, que resulta na evasão, em níveis baixos de aprendizagem, na formação de baixa autoestima, entre outras questões.

Há muitos anos, portanto, grupos e movimentos negros vêm se reunindo e buscando enumerar maneiras de se reverter tal situação. No campo educacional, muitas dessas lutas pleitearam e viabilizaram as políticas de ações afirmativas, voltadas para a reparação e criação de programas orientados a um tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens criadas e mantidas pela estrutura social excludente e discriminatória.

Uma dessas políticas possibilitou a implantação da Lei acima já citada. Considerando que mudanças estruturais ocorrem, mesmo que lentamente, a intenção deste trabalho foi perceber de que maneira a implementação poderia/estava ocorrendo. Diante do interesse de pesquisa e da revisão teórica delineada, o problema que formulamos para iniciar o estudo foi: Como se dão as

práticas educativas no interior de uma escola pública que pretende efetivar o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira?

A partir desta problemática principal, desenharam-se questões que pautaram o processo de escolhas metodológicas e conduziram nosso olhar no campo. Relembrando:

- A escola apresenta em seu Projeto Político Pedagógico uma preocupação com o desenvolvimento de práticas sobre relações étnico-raciais?

- Existem atividades que visem a desconstrução de possíveis estereótipos sobre o negro, a história africana no Brasil, os problemas vividos pelos negros atualmente devido às práticas discriminatórias?

- As atividades são realizadas de maneira isolada ou perpassam diversos momentos, promovendo interdisciplinaridade?

- As/os estudantes traduzem no cotidiano a sensibilização para o convívio com as diferenças (focando nas étnico-raciais)?

- As atividades realizadas favorecem que as crianças questionem suas próprias identidades étnico-raciais?

- O diálogo intercultural é estimulado? Como?

A metodologia se baseou em análise de documentos, em especial o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar em foco, observações nos espaços da escola (pátio, refeitório, sala de leitura, salas de aula) enfatizando as atividades pedagógicas propostas aos alunos e entrevistas semi-estruturadas com a diretora geral, a diretora adjunta, a orientadora pedagógica e sete professoras regentes de sala de aula.

A pesquisa de campo propiciou inúmeros momentos de reflexão sobre os dados. As aulas observadas, as conversas informais entre e com alunos/as e professoras, as idas à Secretaria de Educação, as participações nos encontros de capacitação de professores para a temática racial somente fizeram enriquecer as discussões aqui apresentadas. Nesse sentido, tentamos responder as questões acima apresentadas, as quais chamamos de "resultados":

- A escola apresenta em seu Projeto Político Pedagógica a questão da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, o que a princípio, demonstra a preocupação da equipe pedagógica com a inserção da temática enquanto algo que atravesse as demais as práticas da unidade escolar. A temática é inserida enquanto

uma disciplina, na grade curricular. Segundo os depoimentos recolhidos com as entrevistas este fato não congela a temática a meros conteúdos curriculares, apenas impõe que a prática deve acontecer, como de fato acontece. Ainda segundo as professoras, tal questão já está tão presente nas práticas pedagógicas que conseguem articular com as outras disciplinas e até trabalhá-la mais de uma vez na semana, sem imposições.

- A literatura é um caminho possível para uma educação antirracista, visto que promove o fortalecimento de identidades com enredos africanos ou afro-brasileiros e apresenta personagens negros e negras com os quais as crianças se identificam e podem estabelecer vínculos diferentes dos que estabelecem com outras literaturas. Por isso, refletem no empoderamento dos/as alunos/as enquanto sujeitos de direitos e histórias.

- As atividades, aulas observadas demonstraram que é possível através das mesmas desconstruir estereótipos sobre o negro, sobre a história africana no Brasil e dialogar com as crianças acerca dos problemas vividos pelos negros atualmente devido às práticas discriminatórias. Tais evidências foram percebidas através de atividades como: confecção de bonecas e bonecos negros/os (estímulo à brincadeiras com brinquedos representativos), leituras de livros onde a personagem negra tinha cabelo crespo e se sentia muito orgulhosa por isso (empoderar as meninas que antes apresentavam muitos problemas com relação à questão do cabelo crespo), apresentar a história da África enfatizando os pontos positivos, como a beleza dos países, as praias, as personalidades públicas, a importância destes para o mundo, a cultura (dança, comidas, vestimentas - tecidos), possibilitar momentos de questionamento sobre os mecanismos discriminatórios existentes no Brasil, a partir da escravidão dos negros africanos pelos europeus.

- Tais atividades perpassam diferentes momentos e espaços da escola. Percebe-se a forte inserção da temática através dos murais (sempre procurando retratar negros e negras, seja no dia das mães, na festa junina, o dia da África...), os cartazes constantemente expostos pelo pátio e os inúmeros eventos promovidos também no pátio da escola e estendido à comunidade escolar, como apresentações de dança, capoeira, instrumentos musicais e etc.

- Segundo as observações e os depoimentos das professoras as falas/attitudes carregadas de preconceito diminuíram muito desde que o trabalho

começou e quando por algum motivo ocorre, logo os próprios alunos respondem sobre os seus posicionamentos raciais com orgulho e deixam bem claro que sabem quando estão sendo vítimas de preconceito racial.

- Por tudo o que já foi salientado, acreditamos que a escola favorece o diálogo intercultural na medida em que os questionamentos e as atividades propostas são dirigidas para todo o público frequentador da mesma e ainda se estende para as famílias. Viabiliza momentos de discussões que permitem o diálogo, como por exemplo em relação a religião, um ponto de tensão apresentado pela equipe pedagógica. Apesar de sempre haver dificuldades a serem enfrentadas a partir da apresentação desta temática, as professoras, de um modo geral, relatam que não deixarão de abordar e procuram apresentar justificativas no sentido de apresentar todas as religiões mesmo e questionam: Porque podemos falar de algumas religiões e não de outras?

- Os principais limites para a implementação da Lei 10.639/03 na realidade pesquisada são: a formação dos professores (inicial e continuada), o número reduzido de materiais/recursos que subsidiem a efetivação de um trabalho pedagógico de cunho antirracista, o desconhecimento das diretrizes curriculares e outros documentos que conduzem a implementação da referida Lei, a inexistência de órgãos reguladores da aplicação da mesma, o próprio racismo enraizado nas mentes e ideários que configuram atos e concepções contrários aos dispositivos da legislação e a falta de investimento público e político.

Quanto à formação dos professores, é notória e preocupante a ausência da temática nos cursos de capacitação. A maioria dos profissionais afirma nunca ter ouvida falar da temática racial nas escolas e/ou cursos de graduação. Quando colocamos que a maioria afirma este fato nos pautamos tanto na realidade da Escola Resgatando a Cultura, o que foi perceptível através das entrevistas, quanto nos inúmeros trabalhos empíricos sobre a mesma temática. Essa questão evidencia que, mesmo que o ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Africana seja obrigatório na escola básica, é bastante possível que não seja tratado devido ao desconhecimento, o que nos leva a entender que o caso da realidade estudada, o que reforçou tal acontecimento foi o incentivo das gestoras, já sensibilizadas pela questão da discriminação racial, religiosa e etc.

Os materiais/recursos didáticos existentes não são muitos ou não amplamente divulgados. Percebemos que há uma grande circulação de livros de

literatura, em sua maioria enviados pelo governo federal. No entanto, os próprios livros didáticos, ainda apresentam a temática racial de forma incipiente, no entanto, não mais estereotipada como antes. Mesmo assim, há de uma maneira geral, críticas com relação às intensas buscas pela criação de materiais e atividades voltadas para o atendimento da Lei. Nesse caso, pensamos que essa situação dificulta bastante a implementação da Lei, pois se os profissionais não têm acesso facilitado, seu trabalho pode se tornar restrito, facilitando a utilização de práticas isoladas, folclorizadas ou mesmo o reforço do desconhecimento a importância que deve ser dada a temática racial.

A inexistência de regulações se configura não como um empecilho, mas como um ato de permissividade. Não existem equipes das secretarias ou quaisquer outros órgãos encarregados de fiscalizar a implementação da legislação na escola. No caso do município de Nova Iguaçu até houve certa cobrança, mas pouco eficaz, pois através dos cursos ou até mesmo de conversas com as professoras foi evidenciado o fato de muitas escolas da rede não promoverem ações para a implementação da Lei 10.639/03 em suas escolas.

A partir dos resultados desta pesquisa, apresentamos algumas recomendações:

- Primeiramente é necessário haver fiscalizações em todos os segmentos de ensino. Nas escolas de ensino básico para observar se e como estão sendo executados os objetivos da Lei 10.639/03. Nas universidades e escolas de formação de professores para a averiguação quanto a reflexão, discussão e execução de conteúdos teóricos e práticos tendo em vista os processos identitários, discriminatórios e o conhecimento sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esse, acreditamos, que seja um bom caminho para a desconstrução de estereótipos e pensamentos eurocêntricos de futuros professores/as e dos que já estão em exercício.

- Maior articulação entre os movimentos negros e as escolas para a constante discussão e mobilização acerca da temática racial, bem como a possibilidade mesmo da entrada dos movimentos sociais nos espaços escolares, propiciando palestras, debates e outras atividades, às vezes distantes ou inexistentes nas escolas.

- Por fim, o incentivo à confecção de materiais por profissionais que já vêm desenvolvendo práticas diferenciadas em suas realidades para oferecer

subsídios aos que não sabem como nem por onde começar e assim viabilizar correntes de conhecimento anti - hegemônicas em circulação nos espaços escolares.

Finalizamos a escrita deste trabalho com a certeza de que ele não se finaliza aqui. Esperamos que este estudo possa colaborar com a continuidade e a perseverança em outros estudos que almejam, assim como nós, avançar na luta contra as subalternidades e hierarquias fortemente montadas pelo sistema neoliberal/capitalista/moderno no qual nosso mundo tem se sustentado. Acreditamos que muitas iniciativas, assim como as ações afirmativas citadas neste trabalho, vêm num caminho reverso, numa perspectiva de desconstrução de pensamentos, ações cunhados a partir da lógica hegemônica. E são essas iniciativas que continuam a nos fortalecer com esperanças. Há muito o que se fazer, mas nos apeguemos aos avanços e no que ainda podemos avançar.